



SENADO FEDERAL

**Comissão de Educação e Cultura**  
**45ª Reunião Extraordinária – 21/08/2024**  
**Resumo da Audiência Pública Interativa**

**Finalidade:** Discutir a implementação da educação escolar quilombola do país.

**Requerimento relacionado:** REQ 71/2024 (Senadora Teresa Leitão – PT/PE, Senadora Damares Alves – REPUBLICANOS/DF). REQ 74/2024 (Senadora Teresa Leitão – PT/PE e outros). REQ 77/2024 (Senadora Damares Alves – REPUBLICANOS/DF, Senador Flavio Arns - PSB/PR).

**Participantes:** **Zara Figueiredo**, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidades e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC); **Paulo Roberto**, Coronel da reserva do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e Ex-secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; **Givânia Maria da Silva**, Coordenadora do Coletivo Nacional de Educação e da Escola Nacional de Formação de Meninas da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ); **Gabrielem Lohanny da Conceição Mento**, Estudante da Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas da CONAQ e quilombola do quilombo de Boa Vista em Salvaterra – PA; **Carolina Soares Castelliano Lucena de Castro**, Defensora Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União (DNDH/DPU); **Jan Jarab**, Representante Regional para o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas de Direitos Humanos (ACNUDH); **Ronaldo dos Santos**, Secretário Nacional de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial (SQPT/MIR); e **Shirley Pimentel**, Representante do Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ).

**Givânia Maria da Silva, Coordenadora do Coletivo Nacional de Educação e da Escola Nacional de Formação de Meninas da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)**

**Principais tópicos abordados pela convidada:**



## SENADO FEDERAL

✓ É uma conquista da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) discutir sobre a educação escolar quilombola.

✓ Os quilombolas estão entre os grupos com maior evasão ou interrupção escolar no período final do ensino fundamental e no início do ensino médio.

✓ Ressaltou a importância de discutir a educação escolar quilombola como forma de repensar caminhos para superar desigualdades, e evitar debates abstratos sobre igualdade e qualidade na educação, focando em ações práticas que promovam melhorias reais no ensino para as comunidades quilombolas.

✓ Um grupo composto por 39 meninas e 11 meninos, coletaram dados e estudos durante o período de 2 anos. Os resultados vão além dos censos escolares e demais pesquisas. As informações refletem sentimentos e experiências cotidianas dos alunos, como a vivência no transporte escolar, sala de aula, merenda e interação com os professores.

### **Principais recomendações da convidada:**

✓ Os políticos e a sociedade brasileira devem reconhecer os quilombos como espaços de construção de conhecimento, produção de alimentos, vida, identidade e significado cultural.

✓ Envolver a comunidade quilombola no processo mencionado, reconhecer os territórios e as pessoas enquanto sujeitos de direitos.

**Zara Figueiredo, Secretária da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC)**

### **Principais tópicos abordados pela convidada:**

✓ É necessário conhecer o cenário atual da educação quilombola para implementar uma política pública educacional eficiente.

✓ A infraestrutura das escolas quilombolas são precárias, não há laboratórios de informática e laboratório de ciência. Em setenta e dois por cento das escolas quilombolas não há sala destinada aos professores.

✓ Cerca de cinquenta por cento dos estudantes brancos estuda em escolas consideradas adequadas ao ensino, enquanto menos de cinco por cento dos estudantes negros possuem as mesmas condições.

✓ Cerca de oitenta e cinco por cento dos professores em escolas quilombolas afirmam não possuir material didático adequado para a formação dos alunos.



## SENADO FEDERAL

✓ Apenas um e meio por cento dos professores e gestores escolares possuem formação continuada sobre história e cultura da afro-brasileira e Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Apenas três por cento dos docentes quilombolas possuem cursos relacionados à ERER e cultura afro-brasileiras, interculturalidade e diversidade.

✓ É necessário relacionar formação pedagógica e material didático eficiente ao território quilombola.

✓ No último Censo Escolar, sessenta por cento dos estudantes não obteve sua raça/cor declarada por falta de clareza na forma de registro de dados de raça e cor, dificultado a criação de uma política eficiente.

✓ Salientou a importância do monitoramento das políticas públicas, com protocolos claros, e necessidade de combater o racismo intraescolar, a fraude em cotas raciais nas universidades.

✓ Explicou que o primeiro eixo da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), a Coordenação Federativa.

✓ A oferta da educação básica é competência dos Estados e Municípios, a função do Ministério da Educação é coordenar e criar regras para os recursos destinados à educação.

✓ Celebrou a adesão de quatro mil oitocentos e oitenta e sete municípios ao PNEERQ, um ganho importante devido à dificuldade do tema. Mas enfatizou que a nova resolução do Plano de Ações Articuladas (PAR) introduz a exigência de adesão ao PNEERQ e a resposta ao diagnóstico como contrapartida para que os municípios possam acessar os recursos.

✓ Explicou os papéis do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) na implementação das diretrizes da educação escolar quilombola e na análise das condições para a distribuição de recursos.

✓ Destacou a criação de indicadores para o monitoramento dada educação quilombola, realizado por meio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle, com a participação de redes estaduais e municipais, com a condição dos registros para a execução dos recursos dentro do PAR.

✓ A formação de professores quilombolas, outro eixo da Coordenação federativa, contará com 20 dos 40 lotes das bolsas anunciadas no Programa de Educação Tutorial para a educação escolar quilombola em 2024. Além disso, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) lançarão 50 mil vagas em agosto de 2024. O Plano Nacional de Formação de Professores de Educação (Parfor) Equidade e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) também oferecerão vagas e bolsas para a formação de professores quilombolas e indígenas.

✓ Citou avanços como a criação da Escola Quilombo, que oferecerá cursos e a publicação de materiais didáticos.



## SENADO FEDERAL

✓ Explicou a nova ponderação para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que diferencia os valores recebidos por estudantes quilombolas em diferentes etapas educacionais, e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Básico Quilombola, com um valor extra de R\$5.550 mais R\$20 per capita quilombola. E celebrou a destinação de R\$21.436.000 para salas de recurso multifuncional em 1.067 escolas quilombolas, que possibilitará o atendimento também dos estudantes com deficiência.

✓ Lembrou que a educação brasileira envolve três entes federativos – União, estados e municípios –, autônomos, especialmente no âmbito estadual e municipal. O MEC não tem o poder de obrigar os estados e municípios a adotar medidas, mas pode atuar como mediador nas relações entre eles.

### **Principais recomendações da convidada:**

✓ A educação quilombola e indígena precisa de maior integração territorial, respeitando as competências legais da União, Estados e Municípios.

✓ Criação de Agentes de Governança regionais para a formação e gestão educacional.

✓ Monitoramento das políticas públicas para a educação quilombola.

**Jan Jarab, Representante Regional do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)**

### **Principais tópicos abordados pelo convidado:**

✓ Reconheceu os esforços do Estado brasileiro, nos últimos 20 anos, voltados para a ampliação do acesso das comunidades quilombolas aos seus, especialmente na área da educação.

✓ As comunidades quilombolas representam a resistência e a diversidade cultural, racial e religiosa, e a educação deve respeitar e fortalecer esse modo de vida coletivo.

✓ A Organização das Nações Unidas (ONU), durante a Conferência de Durban em 2001, recomendou que os países desenvolvessem políticas específicas para afrodescendentes, abordando áreas como saúde, educação e segurança. No Brasil, a Lei nº 10.639, de 2003, que trata do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, foi uma resposta a esse compromisso. No entanto, essa lei não foi efetivamente implementada.

✓ A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, lançada em 2024, precisa ser implementada com a devida profundidade.



## SENADO FEDERAL

✓ As Nações Unidas recomendam que o Brasil avance na efetivação de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas, garantindo a provisão de bens e serviços fundamentais, incluindo educação.

✓ Lembrou que a maioria das comunidades quilombolas estão em áreas rurais, e enfatizou a necessidade de políticas públicas de ação afirmativa para assegurar o acesso e a permanência de jovens quilombolas nas instituições de ensino.

✓ Elogiou o Programa de Ações Afirmativas do Brasil e o seu avanço rumo à igualdade racial e recomendou a sua ampliação para todas as instituições públicas de ensino superior, garantindo a representatividade de grupos raciais e étnicos marginalizados.

✓ Defendeu o combate das práticas de exclusão e hostilidade contra alunos que ingressam nas universidades por meio de ações afirmativas.

✓ Informou que a Relatora Especial da ONU sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, destaca o racismo sistêmico sofrido pelas comunidades quilombolas, cujas raízes estão no colonialismo e na violência racial endêmica. As violações aos territórios quilombolas são apontadas como uma manifestação do racismo sistêmico.

✓ Sugeriu a demarcação dos territórios quilombolas para garantir a segurança e evitar as violações aos direitos dessas comunidades afetadas pelo racismo e pelos estereótipos prejudiciais, que agravam sua situação de vulnerabilidade.

✓ Destacou a urgência da implementação da Lei nº 10.639, de 2003, para combater a perpetuação de estereótipos raciais prejudiciais. A educação tem o poder de romper com esses estereótipos, muitas vezes reforçados pela mídia e que alimentam discursos de ódio.

### **Principais recomendações do convidado:**

✓ Implementar efetivamente a Lei nº 10.639, de 2003, em todo o país para combater estereótipos raciais. Assim como a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola.

✓ Universalizar o Programa de Ações Afirmativas em todas as instituições públicas de ensino superior e, por conseguinte, no serviço público, garantindo a representatividade de grupos raciais e étnicos marginalizados.

✓ Fortalecer os esforços do Estado em promover uma educação escolar quilombola que reflita a formação histórica e visão de mundo das comunidades, promova a valorização de seu território e garanta seus direitos humanos.

**Ronaldo dos Santos, Secretário Nacional de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial (SQPT/MIR)**



## SENADO FEDERAL

### **Principais tópicos abordados pelo convidado:**

✓ A discussão sobre a educação escolar quilombola é diretamente relacionada à presença e às condições das escolas em territórios quilombolas, muitas vezes marcadas pela ausência ou pela precariedade das instalações existentes.

✓ Observou que a audiência pública e o encontro da Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas foram simultâneos e trouxeram reflexões sobre os próximos passos e os papéis que cabem aos formandos, aos movimentos sociais e à Conaq, especialmente seu Coletivo de Educação, na continuidade das ações.

✓ Defendeu que o avanço da educação escolar quilombola requer a cooperação entre movimentos sociais, gestores públicos e Legislativo para realizar os sonhos nutridos ao longo desse processo. Essa educação entende o território como espaço educativo, onde relações e vivências refletem e valorizam a identidade e cultura quilombola.

✓ Homenageou Laura Mariá, importante militante da educação escolar quilombola, que participou do processo da Resolução 08 de 2012 e deixou um legado que continua a influenciar as discussões e avanços nesse campo.

✓ Destacou a titulação e a territorialidade como as principais pautas das comunidades quilombolas em todo o Brasil, mostrando a necessidade urgente de reconhecimento e proteção desses territórios para fortalecer a educação e a sua identidade.

✓ O Estado brasileiro reintegra a questão quilombola na agenda pública, especialmente a questão da terra, conforme o art. 68 da Constituição Federal, promulgada há 35 anos. O território, fundamental para todas as demais questões é a base sobre a qual se constroem as outras pautas, pois, sem ele, elas não se concretizam.

✓ Explicou que a educação escolar quilombola representa a segunda principal pauta das comunidades. Algumas comunidades presenciaram o fechamento de escolas do campo, incluindo aquelas em territórios quilombolas, e pedem a reabertura, construção, reforma e adequação desses espaços.

✓ Em 21 de março de 2023, foi lançado o Decreto n.º 11.447, que institui o Programa Aquilomba Brasil, uma reinauguração do antigo Programa Brasil Quilombola, essencial para as comunidades quilombolas em governos anteriores.

✓ O Programa Aquilomba Brasil reúne diversas políticas públicas de diferentes ministérios, articulados de forma transversal pelo Ministério da Igualdade Racial, com cada pasta contribuindo com ações específicas, que em conjunto, compõem o Programa.

✓ Além disso, o programa conta com um Comitê Gestor, no qual a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC) possui assento, destacando a importância da educação como agenda prioritária no âmbito do Programa Aquilomba Brasil.

✓ O Programa Aquilomba Brasil prevê, no art. 5º, a criação de uma Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola. Com base nesse



## SENADO FEDERAL

decreto, desenvolveu em 2023 um ato normativo próprio resultando no Decreto n.º 11.786, promulgado em 20 de novembro, que institui a nova política. Uma política inovadora ao abordar a proteção do território quilombola e a titulação das terras, uma reivindicação histórica das comunidades desde a promulgação da Constituição Federal.

✓ A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola, lançada com um enfoque em questões ambientais e climáticas, com cinco eixos fundamentais para garantir seu pleno desenvolvimento. A educação para a gestão territorial e ambiental quilombola é um desses eixos.

### **Principais recomendações do convidado:**

- ✓ Fortalecer a participação dos jovens nas discussões sobre questões territoriais e educação quilombola.
- ✓ Trazer as questões de demarcação e defesa do território como forma de garantir a segurança e outros direitos das populações quilombolas.

**Carolina Soares Castelliano Lucena de Castro, Defensora Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União (DNDH/DPU)**

### **Principais tópicos abordados pela convidada:**

- ✓ Destacou a audiência pública como um encontro entre dois Brasis, o almejado e o real, este com desigualdades étnico-raciais na educação.
- ✓ A Portaria 470, publicada em 14 de maio de 2024, institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, e reflete o Brasil almejado.
- ✓ Diretrizes da educação escolar quilombola incluem: respeito e proteção da História e Cultura Afro-Brasileira, superação de racismos e discriminação, e consolidação dos direitos humanos e participação social das comunidades quilombolas.
- ✓ Objetivos da Portaria incluem: estruturação de um sistema de metas e monitoramento, formação de profissionais da educação, construção de capacidades institucionais e contribuição para a superação das desigualdades étnico-raciais na educação.
- ✓ A Portaria n.º 470 não só define os objetivos da educação escolar quilombola, mas também delinea o caminho necessário para alcançá-los, destacando a importância da estruturação de um sistema de metas e monitoramento e da formação de profissionais para docência e exercício da gestão.



## SENADO FEDERAL

✓ Explicou que a Defensoria Pública da União (DPU) tem um papel crucial na promoção dos direitos humanos ao identificar e enfrentar os desafios das comunidades quilombolas no âmbito da política educacional nacional.

✓ Atuando em todos os entes federativos e promovendo o acesso à Justiça e direitos humanos de forma Integrada, a DPU revisou seus procedimentos e identificou ações relacionadas à política educacional quilombola, evidenciando o longo caminho para a efetivação das diretrizes previstas na Portaria 470 do Ministério da Educação.

✓ Citou a atuação da Defensoria Pública da União (DPU) em diversos estados para garantir o acesso à educação quilombola. No Piauí, a DPU figura como curadora especial em favor da Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Angical, buscando manter a turma do 4º ano do ensino fundamental em uma escola municipal que atende comunidades quilombolas na região.

✓ Outros procedimentos no Piauí, a DPU promove ações contra o fechamento uma unidade escolar na comunidade do Quilombo Volta.

✓ Elencou a atuação da DPU em outros estados, como no Paraná, com foco na regularização da escola modular, que atende a comunidade quilombola de João Surá, no Município de Adrianópolis. Em Minas Gerais, buscando garantir o acesso à educação da comunidade quilombola de Macaúbas Curral, especialmente após o fechamento da escola municipal Joaquim Pessoa. E no Estado de Alagoas, com diversos procedimentos instaurados, para defender a educação das comunidades residentes em Poço das Trincheiras.

✓ A Portaria nº 470 do MEC e os procedimentos da DPU refletem visões opostas sobre a educação e as comunidades quilombolas. Enquanto o Brasil retratado nos procedimentos da Defensoria Pública é caracterizado por uma lógica tecnofeudal, onde as pessoas são vistas como produtos, a educação como mercadoria e a terra como propriedade, o Brasil almejado na Portaria nº 470, fundamenta-se na valorização das identidades, na garantia à terra e na educação como uma política inclusiva, respeitando as trajetórias e a memória coletiva.

✓ Defendeu que as instituições do sistema de justiça devem considerar um diagnóstico cuidadoso e um comprometimento com a política nacional inclusiva, conforme mencionado pela convidada anterior, Dra. Zara Figueiredo, para alcançar o Brasil almejado.

✓ Ressaltou que além de implementar a política educacional, é crucial fortalecer uma visão de mundo que a sustente e identificar parceiros engajados nesse esforço.

✓ A Defensoria Pública da União se posiciona como uma instituição parceira, comprometida com as comunidades quilombolas, visando concretizar o futuro vislumbrado pela Portaria do MEC.

### **Principais recomendações da convidada:**

✓ Elaborar um diagnóstico cuidadoso e defender a construção da política educacional voltada para as comunidades quilombolas.



## SENADO FEDERAL

- ✓ Valorizar identidades, direitos e a memória coletiva.

### **Sra. Shirley Pimentel, Representante do Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)**

#### **Principais tópicos abordados pela convidada:**

- ✓ Destacou que o sistema escolar antigo, ainda que limitado a cartilhas padronizadas e professores com pouca formação (alguns com apenas a 2ª ou 4ª série), representavam um esforço das famílias para garantir o à educação para seus filhos.

- ✓ As escolas quilombolas, construídas e de forma simples, como de taipa ou debaixo de árvores, se tornaram espaços de organização das associações comunitárias. As professoras leigas assumiam o papel de secretárias dessas associações, registrando atas e auxiliando na formalização das lutas comunitárias. A luta coletiva está intrinsecamente ligada às escolas, elemento central na mobilização social.

- ✓ As práticas educacionais das décadas de 1940, 1950 e 1960, eram centradas nas professoras que se esforçaram para ensinar o básico, como a assinatura do nome. Hoje, essas práticas evoluíram, e as professoras permanecem figuras fundamentais no processo educativo.

- ✓ A falta de escolas com ensino fundamental II e médio em muitas comunidades quilombolas, somada a necessidade de trabalhar na roça são os responsáveis pelo abandono escolar. As condições precárias são as responsáveis pela ‘expulsão’ dos alunos.

#### **Principais recomendações da convidada:**

- ✓ Incentivar e fortalecer ações voltadas para o aperfeiçoamento das educadoras quilombolas.

- ✓ Estruturar as escolas quilombolas devem ser estruturadas com a participação de professoras da própria comunidade.

- ✓ Criar políticas que incluam concursos específicos para professoras quilombolas.

- ✓ Garantir a estabilidade das professoras quilombolas.

- ✓ Repensar o transporte escolar para atender adequadamente os territórios quilombolas.

- ✓ Implementar políticas específicas para as comunidades quilombolas, incluindo a melhoria da merenda escolar; políticas de remuneração justa para professores quilombolas e a adequação dos prédios escolares.

- ✓ Adequar o currículo e material didático contextualizados, adaptados à realidade local.



SENADO FEDERAL

**Gabrielem Lohanny da Conceição Mento, Estudante da Escola Nacional de Formação de Meninas quilombolas da CONAQ e quilombola do quilombo de Boa Vista em Salvaterra- PA**

**Principais tópicos abordados pela convidada:**

✓ A educação escolar quilombola é aquela que é exercida e ofertada a territórios ancestrais e culturais e responsável pela preparação de jovens, meninas e meninos, para a luta por seus direitos.

✓ A função da Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas em capacitar os alunos a exercer seu lugar de fala, proporcionando um melhor posicionamento na sociedade.

✓ Destacou o melhor desempenho acadêmico e reconhecimento social entre os estudantes participantes de programas de educação escolar quilombola.

✓ Apresentou a realidade das escolas quilombolas, como água contaminada, merenda inadequada pela falta de preocupação com a cultura alimentar quilombola, e uma infraestrutura escolar precária.

✓ Citou iniciativa pessoal para buscar melhorias nas condições da escola que ocorreram após reunião com o Secretário de Educação, como a instalação de caixa d'água e na merenda escolar.

**Principais recomendações da convidada:**

✓ Elaborar projetos voltados ao povo quilombola.

✓ Valorizar a educação com base nas Diretrizes Nacionais da Educação Quilombola.

✓ Executar obras de melhorias das condições de infraestrutura, transporte e iluminação como forma de garantir o acesso às escolas.

✓ Formar e capacitar os professores conforme a realidade dos estudantes.

**Paulo Roberto, Coronel da reserva do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e Ex-Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**

**Principais tópicos abordados pelo convidado:**



## SENADO FEDERAL

✓ Defendeu que a realidade da população negra seria menos amarga caso discussões, como a ocorrida na audiência pública em questão, tivessem acontecido no momento da abolição da escravatura.

✓ Citou a dura realidade da população negra brasileira, que figura entre a maioria da população carcerária, analfabetos e como vítimas da violência.

✓ O art. 3º da Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837, proíbe expressamente em seu texto que os escravos e pretos africanos frequentem a escola, caso padeçam de alguma doença contagiosa, tal referência não é feita a outras etnias. Após a abolição, o Estado brasileiro optou por políticas que, em vez de promoverem a dignidade da população negra, privilegiaram o branqueamento, e que culminou na exclusão sistemática dos descendentes dos escravizados do sistema educacional, perpetuando a marginalização dessa população.

✓ Citou autoridades brasileiras de diversas áreas, como o médico brasileiro João Batista Lacerda, o constituinte Levi Carneiro, Arthur de Gobineau, Cesare Lombroso, Nina Rodrigues e Renato Kehl, que foi presidente da Comissão Brasileira de Eugenia, que defendiam a exclusão da população negra em um momento da história brasileira que a eugenia chegou a ser formalizada na Constituição de 1934, incluindo o estímulo à educação eugênica.

✓ A trajetória histórica brasileira revela as escolhas feitas em relação à educação, que favoreceram políticas de exclusão racial. O presente só pode ser compreendido à luz desse passado, onde populações como os quilombolas foram invisibilizadas e marginalizadas.

✓ Destacou a necessidade do melhor preparo dos gestores públicos para que saibam distinguir entre atos de governo e atos de Estado, sendo estes últimos contínuos e permanentes, independentemente da ideologia política do governante.

✓ Citou a Política Nacional de Equidade e Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, formalizada pela Portaria MEC 470 de 2024, como exemplo importante no combate às desigualdades.

✓ E lembrou que no Brasil todos são iguais perante a lei, contudo a realidade de desigualdade persiste, onde alguns têm abundância e outros passam fome. E defendeu que não deve haver brasileiros de segunda categoria, todos devem usufruir igualmente dos benefícios do país.

✓ A luta das mulheres negras é duplamente difícil. As mulheres negras brasileiras enfrentam o racismo e o machismo.

✓ Defendeu a escola para todos e que o a consciência e o conhecimento devem transbordar, indo além dos muros das escolas. Elogiou as Leis 10.639 e 11.645, que exigem a formação em história da população negra e indígena nas escolas todas as instituições de ensino devem incluir esse conteúdo, esse conhecimento não deve ser restrito a um grupo específico.

### **Principais recomendações do convidado:**

✓ Reconhecer e integrar a história da população negra e indígena, combatendo a invisibilidade dessas comunidades.



## SENADO FEDERAL

- ✓ Criar políticas Públicas consistentes para que sejam contínuas e efetivas.
- ✓ Preparar os gestores públicos para a eficaz condução das políticas públicas.
- ✓ Conscientizar a sociedade sobre a igualdade entre os povos, sobretudo a igualdade material, na qual todos tenham as mesmas oportunidades, recursos e dignidade.
- ✓ Implementar os conteúdos de história da população negra e indígena em todas as escolas.